

**Textos para
Discussão**

247

Março
de 2010

**CHINA NA AMÉRICA LATINA: UMA
ANÁLISE DA PERSPECTIVA DOS
INVESTIMENTOS DIRETOS
ESTRANGEIROS**

MÁRCIO HOLLAND
FERNANDO BARBI

Os artigos dos *Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas* são de inteira responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião da FGV-EESP. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos, desde que creditada a fonte.

Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP
www.fgvsp.br/economia

CHINA NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DOS INVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS*

Versão: 04/02/2010

Márcio Holland¹

Fernando Barbi²

Resumo

Este trabalho discute a dinâmica dos investimentos diretos da China para as economias mundiais e, particularmente, para a América do Sul. Após mais de três décadas de intenso crescimento econômico e de forte aumento de sua participação no comércio mundial, a economia chinesa vem realizando crescentes investimentos no exterior. No caso das economias da América do Sul, a influência comercial chinesa tem alterado substancialmente a importância de tradicionais parceiros comerciais e mesmo a importância do Brasil na região. Os fluxos de investimentos diretos, mesmo que ainda em pequena escala, indicam o mesmo caminho de aumento de sua influência sobre as diversas economias da região, especialmente na exploração de fontes de materiais primários e de alimentos. Com isso, a China reforça não somente pela via comercial, mas também pelos influxos de investimentos, a característica agrícola-primária das economias da região.

Abstract

This work discusses the dynamics of China's outward foreign direct investments, particularly those destined to South America. After more than three decades of intensive economic growth and a sound increase in its share in world trade, the Chinese economy is increasing investments abroad. The Chinese trade movement in South America has substantially changed the importance of the region's traditional trade partners and affected the Brazilian influence over the region. The inflow of Chinese direct investment, although still tiny, points out towards a similar path of influence, especially in the exploitation of raw materials and food. Hence, China reinforces both by trade and investment inflows, the region's economies characteristic reliance on the supply of primary products.

* Trabalho elaborado exclusivamente para o Convênio CEPAL-IPEA, Contrato IMCO 14260. Esse trabalho se beneficiou de importantes sugestões e recomendações de Renato Baumann (CEPAL), a quem agradecemos, mas isentando-o de omissões e erros remanescentes.

1 Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP) e Pesquisador CNPq. E-mail: marcio.holland@fgv.br. (Autor Correspondente).

2 Doutorando na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP). E-mail: fbarbi@gmail.com.

Sumário

- I. Introdução**
- II. Investimento Direto Chinês no Exterior**
- III. Investimentos Chineses na América Latina**
- IV. Considerações Finais**
- V. Referências**

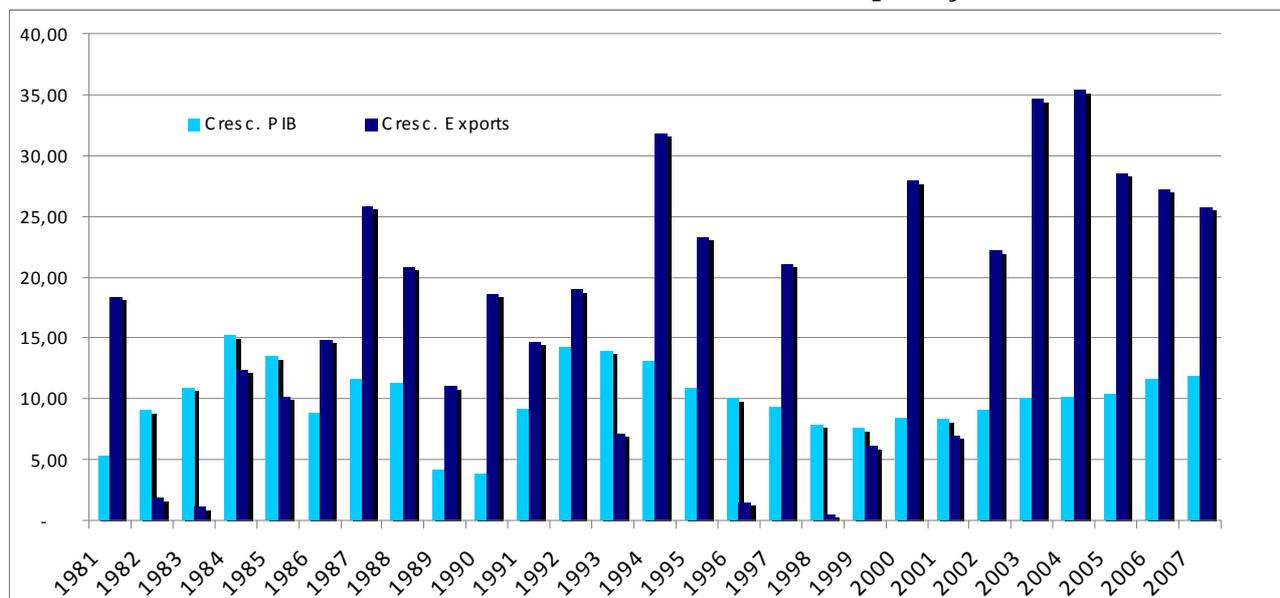
I. Introdução

Desde 1980, o crescimento econômico na China tem sido objeto de muitos estudos. Há uma vasta literatura econômica sobre as fontes do crescimento espetacular daquela economia. Diversos autores discutem, entre outros tópicos, se se trata mesmo de um processo de convergência rumo a uma economia de mercado do tipo clássica ocidental, ou se não seria um experimentalismo típico de economias socialistas, dado até a denominação das reformas a partir da formação de uma “economia socialista de mercado”. O fato é que a China vem apresentando um espetacular crescimento médio próximo a 10% a.a, por praticamente três décadas. Entre as causas possíveis deste desempenho extraordinário, encontra-se a adoção de uma taxa de câmbio real efetiva competitiva. Alvo de recorrentes críticas, especialmente de economias ocidentais, a China mantém a sua taxa de câmbio fortemente competitiva tanto perante o Dólar Americano quanto diante de uma cesta de moedas, por todas as três últimas décadas. Mesmo quando se sujeita a alterar tal política, como acontece a partir de meados de 2005, demonstra forte interesse em não abrir mão deste instrumento de política de crescimento.

A combinação de estratégia clara de forte crescimento econômico voltado para fora com taxa de câmbio competitiva fez da China o maior exportador mundial em 2009. De acordo com o gráfico 1, o crescimento das exportações chinesas é de praticamente o dobro do seu crescimento econômico. Com isso, suas exportações ultrapassaram US\$1,4 trilhões, em 2008, se tornando a maior economia exportadora mundial, a frente da Alemanha e dos Estados Unidos. Esse dinamismo comercial era, inicialmente, sustentado em produtos de exportações de baixo valor agregado. Na verdade, com o passar do tempo, a sofisticação tecnológica das exportações chinesas se alterou substancialmente. Em 2008, a participação de produtos de alto valor tecnológico nas exportações totais chinesas se torna similar a dos Estados Unidos, em torno de 30%. Esse movimento na direção de exportações de produtos de maior sofisticação tecnológica pode também ser observado com a ajuda da figura 1. Note que, no primeiro momento da reforma econômica, no começo da década de 1980, de fato, as exportações chinesas eram sustentadas em produtos manufaturados associados à indústria têxtil e vestuário, entre manufaturas simples. Contudo, não somente a taxa de crescimento das exportações se sustenta sempre bem acima do crescimento da economia, como também a China se especializa também nas exportações de produtos da linha branca, fármacos e eletrônicos. Já nos anos 2000s, suas exportações de computadores, automóveis, e telecomunicações se tornam altamente competitivas. A

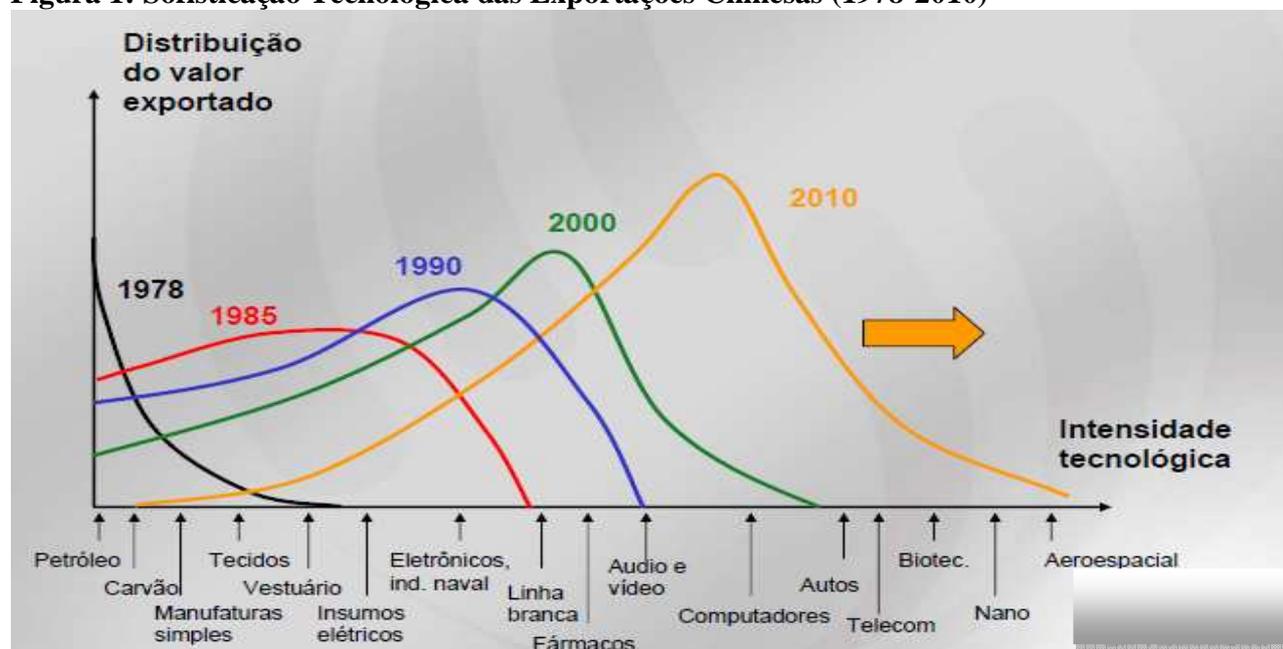
trajetória tecnológica de suas exportações caminha na direção de produtos associados com pesquisa em nanotecnologia e aeroespacial.

Gráfico 1. China - Crescimento Econômico e Crescimento das Exportações (1980-2008) % a.a.



Fonte: FMI. *International Financial Statistics on line*. Acesso em 16/11/2009

Figura 1: Sofisticação Tecnológica das Exportações Chinesas (1978-2010)



Fonte: Amorim (2009).

Esse movimento no comércio mundial não parece acompanhado na mesma intensidade de seus investimentos diretos para as economias mundiais. A China ainda se caracteriza por todo esse período como um grande mercado investidor, mas está muito longe de ser um grande investidor em outras economias mundiais.

Os investimentos diretos da China no mundo começaram a apresentar alguma importância numérica nos anos 1990, com o objetivo de garantir o acesso a fontes de matérias primas essenciais à sua produção industrial. Neste período, os investimentos eram basicamente direcionados ao Canadá, Austrália e Estados Unidos. A partir de 2001, observou-se um crescimento rápido e uma maior dispersão espacial destes investimentos pelo mundo. De 2004 a 2008, o fluxo de Investimentos Diretos no Exterior (IDE) da China cresceu de US\$ 5,5 bilhões para US\$ 52,15 bilhões, praticamente um aumento de dez vezes, ou muito mais quando se compara com a média anual dos anos 1990, de US\$2,19 bilhões. Apesar do ritmo acelerado, o valor financeiro pode ser ainda considerado relativamente pequeno frente ao que investem os EUA e Europa no resto do mundo, ou mesmo o conjunto das economias em desenvolvimento³, mas há uma clara tendência de crescimento dos investimentos e a conseqüente expansão dos ativos Chineses pelo mundo. Este texto busca compreender a dinâmica desta expansão Chinesa, em particular nos países da América do Sul, em paralelo com sua forte expansão na região pelo canal do comércio. Este trabalho mostra que após alterar fortemente as relações comerciais na América do Sul, a China tende a consolidar uma significativa dominância na região também através dos investimentos diretos. Isso muito provavelmente terá como conseqüência a alteração da distribuição de poder econômico na região, com relevante perda de influência comercial e financeira do Brasil junto a seus parceiros regionais⁴.

II. Investimento Direto Chinês no Exterior

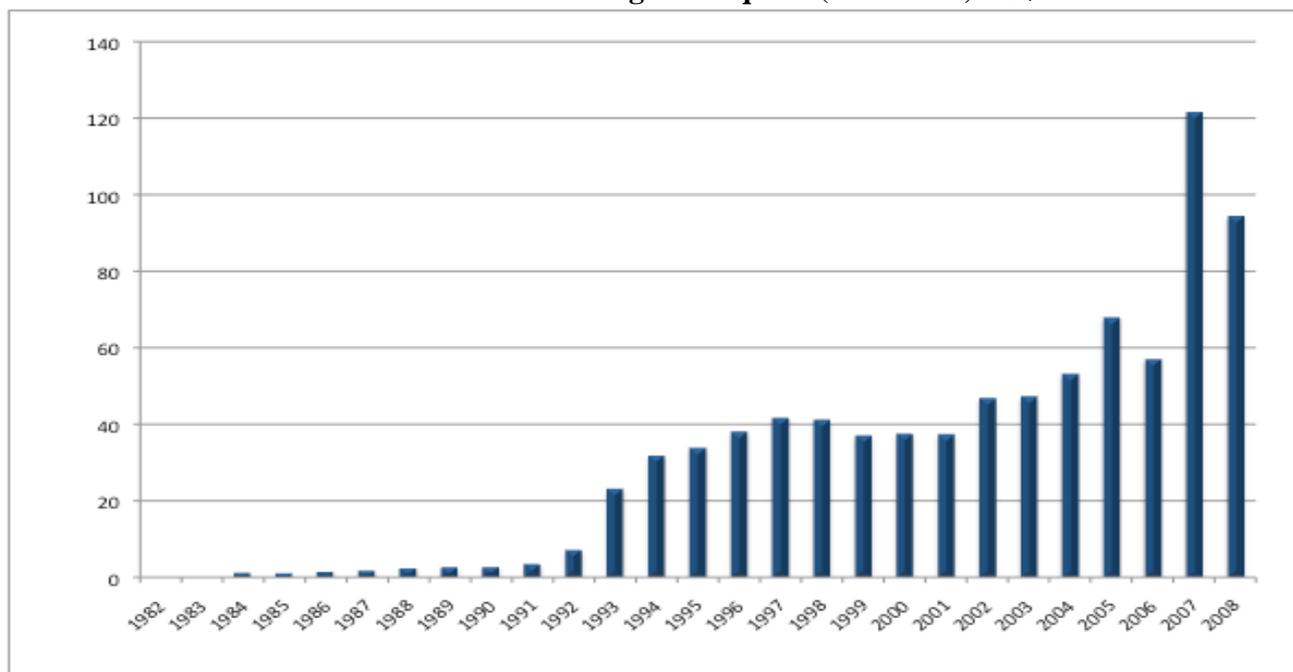
A economia chinesa tem sido caracterizada como uma grande receptora de investimentos diretos estrangeiros, e relativamente pouco investidora no exterior. Com a ajuda do gráfico 2, pode-se facilmente observar a grande importância dos fluxos de IDE para a China, especialmente a partir dos anos 1990. Tais influxos saem de uma média de US\$30 bilhões, nos anos 1990, para mais de US\$70

3 Veja dados gerais de IDEs, em fluxos e estoques, da China e de outras economias nas tabelas no Anexo a este trabalho.

4 Para um estudo mais detalhado da influência comercial da China na América do Sul veja o trabalho Cardoso e Holland (2009). No presente trabalho, damos continuidade ao estudo sobre a China da perspectiva exclusivamente do investimento direto estrangeiro.

bilhões nos anos 2000, chegando a atingir US\$108 bilhões em 2008. O fato é que tais entradas de IDE na China são resultados da reforma econômica bem sucedida voltada para atrair tais investimentos⁵.

Gráfico 2: China: Investimento Direto Estrangeiro Líquido (1982-2008) US\$ bilhões



Fonte: FMI. *International Financial Statistics on line*, acesso em 16/11/2009, Código da Série 9244500..9...Elaboração dos autores.

A China se tornou o maior receptor de IDE entre os países em desenvolvimento, já no começo dos anos 1990, e provavelmente entre os países avançados, exceto os Estados Unidos, a partir de 2007. Em 2008, os influxos para a China representam 18% do total de IDE das economias em desenvolvimento. Em grande parte, tais influxos de IDE ajudaram muito a China em problemas de escassez de capitais, dado o sistema financeiro pouco desenvolvido, além de ter proporcionado acesso mais rápido a tecnologia, com conseqüentes ganhos de produtividade, incluindo ganhos por *spillovers*. Dadas as três principais formas de entradas de IDE, a saber, empréstimos estrangeiros, investimentos diretos estrangeiros, e outros investimentos estrangeiros⁶, em um primeiro grande movimento de influxos, entre 1980 e 2000, a recebeu mais de US\$ 500 bilhões de IDE. Talvez por isso, os investimentos estrangeiros que representavam em média 11,9% da formação bruta de capital fixo, nos anos 1990, tenham

5 No final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, políticas governamentais foram caracterizadas por estabelecer novas regulações para permitir joint ventures usando capital estrangeiro, assim como estabeleceu as ZEE (Zonas Econômicas Especiais) e as “Open Cities”.

6 Outros investimentos estrangeiros incluem: ações emitidas por estrangeiros, leasing internacional, compensação comercial, entre outros.

caído para média de 6% nos anos 2000⁷. Apenas a título de comparação, nas demais economias do Leste Asiático, essa proporção é relativamente estável em torno de 8,4%, nas economias em desenvolvimento tem sido acima de 12%, próximo da média mundial.

Em uma análise setorial, 94% dos influxos de IDE na China foram para indústrias manufatureiras, especialmente para a indústria têxtil seguida da indústria de eletrônicos e de telecomunicações. Um dos resultados mais marcantes da extraordinária entrada de IDE na China é o comércio exterior. A partir de 2000, mais de 50% das exportações chinesas são de empresas estrangeiras. Mais particularmente, é partir deste momento que a participação da China no comércio mundial ganha dimensões de um grande *player* internacional, ultrapassando os Estados Unidos e depois a Alemanha. Em número, os influxos de IDE para a China voltados para a produção para exportação implicaram no aumento do *market share* chinês de menos de 3%, no final dos anos 1990 para 9%, em 2008, o que é praticamente a mesma participação da Alemanha, que, até aquele momento, era líder do comércio mundial.

Há diversas teorias sobre porque as empresas realizam investimentos produtivos fora de seu domicílio. Kyndleberger (1969) acreditava que somente sobre imperfeições de mercado, como estruturas de competição monopolística, é que poderia haver o incentivo para as firmas investirem para fora de sua fronteira. A partir do modelo de ciclo de vida do produto, em Vernon (1966), as firmas precisam decidir em algum momento realizar o investimento estrangeiro em vez de exportar os bens e isso depende, em grande medida de uma análise prospectiva da competição oligopolística, dado um processo de padronização de novos produtos realizados sob inovações tecnológicas em um processo de *demand pull*. Pelo fato dessas inovações tecnológicas acontecerem em um primeiro momento em uma economia com elevada renda per capita, sua distribuição internacional de produção seguia a direção de economias com mesmo nível de renda per capita e, somente após um processo de padronização, caminharia rumo a economias menos ricas. Hymer (1976) isolou a teoria do investimento direto estrangeiro das teorias de comércio clássicas e da teoria de finanças, uma vez que o diferencial de taxas de juros não seria o fator determinante para o investimento internacional. A empresa multinacional era vista por Hymer como uma instituição voltada para a produção internacional em vez do comércio internacional.

⁷ Dados de Investimento direto estrangeiro em relação à formação bruta de capital fixo foram obtidos da UNCTAD, World Investment Report 2009 (country fact sheet: China), sendo que aqueles referentes a média dos anos 1990 são dos anos 1990-2000 e aqueles referentes a média de anos 2000 são dos anos 2006-2008.

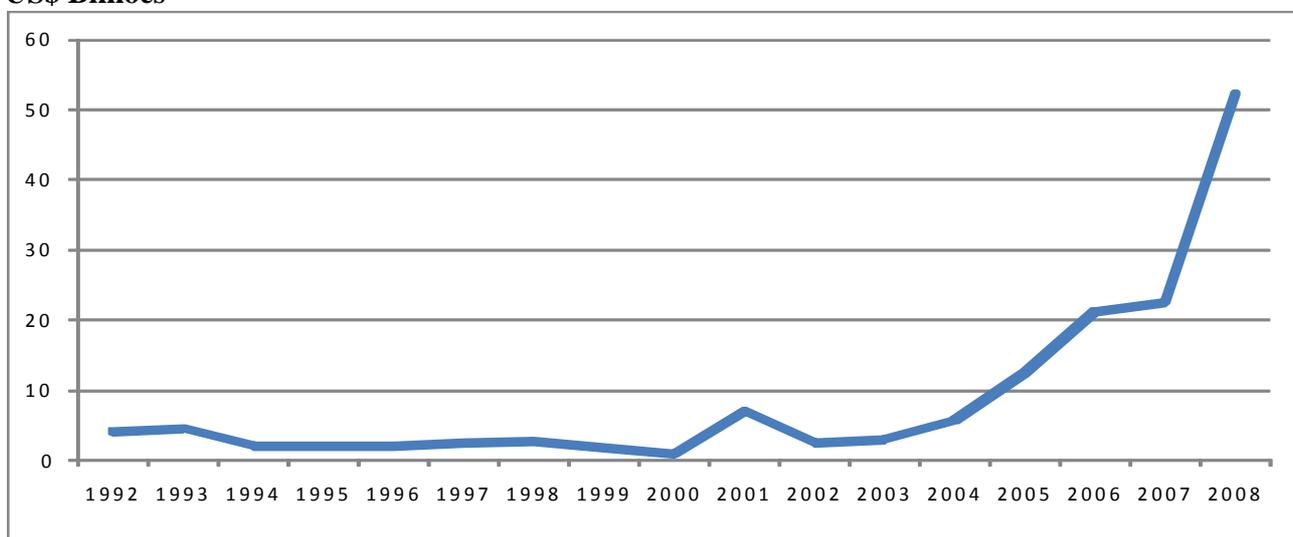
Dunning (1993) aponta razões para uma empresa produzir no mercado internacional. Uma primeira razão está associada com a busca de recursos, uma vez que as firmas usualmente investem no exterior para adquirir recursos específicos não disponíveis no mercado doméstico, tais como os recursos naturais, as matérias-primas, a mão-de-obra barata etc. Uma segunda razão seria a busca de mercados, pois as empresas muitas vezes investem em um país no intuito de ofertar bens e serviços para aquele mercado. O tamanho do mercado e a possibilidade de crescimento do mercado são as principais razões para esse tipo de investimento externo. Outra razão para o investimento direto estrangeiro seria a busca de eficiência por parte das firmas. Através da dispersão racional e eficiente de suas atividades, as firmas podem obter ganhos decorrentes da presença de economias de escala e escopo e da diversificação de risco. Por fim, a busca de ativos estratégicos seria uma alternativa para as firmas engajarem em atividades trans-fronteiras. As firmas usualmente adquirem ativos de corporações externas a fim de sustentar ou de fortalecer sua competitividade externa e de enfraquecer seus concorrentes. Além disso, as firmas esperam que a aquisição ou fusão de ativos traga benefícios para a organização como um todo. De acordo com o autor, nas duas últimas décadas, vem ocorrendo um grande deslocamento das empresas multinacionais para os países em desenvolvimento em busca de recursos e em busca de mercados, enquanto que nos países desenvolvidos o principal investimento das firmas é em busca de eficiência e de ativos estratégicos.

Provavelmente, os influxos de IDE para a China se explicam, em parte, por busca de recursos, especialmente recursos humanos abundantes, qualificados e baratos. Mas, definitivamente, nenhuma das outras razões clássicas parece razoável para explicar o movimento de entrada e mesmo de saída de investimentos diretos chineses. Há um claro reposicionamento das fábricas rumo à China por motivos bem variados, especialmente motivados pela rentabilidade prospectiva de operar da China para o mundo, dada a taxa de câmbio fortemente competitiva, em um ambiente de abertura econômica. De outro lado, a saída de capitais da China para investir em economias mundiais não parece se associar a qualquer razão amplamente difundida na literatura econômica para firmas investirem no exterior. Trata-se muito mais de um imenso esforço para garantir o fornecimento de energia, insumos básicos e alimentos para um crescimento econômico sustentável. A China se transforma rapidamente, alterando de forma paradigmática as relações teóricas amplamente conhecidas na literatura econômica. Influxos de investimentos diretos acontecem em escala crescente cada vez mais para setores intensivos em tecnologia sofisticada, sem qualquer correspondente de renda per capita com os países de origem de tais investimentos. Os chineses investem pelo mundo tendo como foco principal a busca de fornecedores de energia e alimentos. Numa segunda etapa, buscam setores onde sua indústria própria

começa a florescer, como a indústria automobilística, de informática, de telecomunicações, entre outros, mesmo ainda contando com amplos mercados domésticos a explorar.

Assim como os influxos se tornam marcantes na década de 1990, a China começou a se abrir ao capital externo. Cautelosos pelos distúrbios internos ocorridos em Tinanmen, em 1989, os investidores internacionais precisavam de um sinal positivo que veio na forma de nova legislação de proteção da propriedade privada (Naughton, 2007). A dinâmica de crescimento dos investimentos pode ser mais bem percebida com ajuda do gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3. Evolução do Investimento Direto Estrangeiro Chinês no Exterior (1992-2008)
US\$ Bilhões



Fonte: UNCTAD. *Foreign Direct Investment database*. UNCTAD, Genebra. <http://stats.unctad.org/FDI/ReportFolders/reportFolders.aspx>. Acesso Novembro de 2009. Elaboração dos autores.

A orientação para que o país se globalizasse, uma iniciativa conhecida como *Go Global*, foi adotada em 1999, com cinco objetivos: (1) aumentar os investimentos da China no exterior, (2) diversificar a produção, (3) melhorar o nível e a qualidade dos projetos, (4) aperfeiçoar os canais financeiros para o mercado nacional e (5) promover o reconhecimento da marca de empresas chinesas nos mercados americano e europeu. Como parte deste esforço, após doze anos de negociação, em 2001 a China entrou na OMC (Organização Mundial do Comércio). Segundo o estudo *China Goes Global* (2009), o perfil do investimento externo chinês típico é de baixo valor: cerca de dois terços dos valores investidos são inferiores a US\$ 5 milhões, enquanto que apenas 6% das empresas reportam investimentos maiores do que US\$ 100 milhões. Além disso, o investimento chinês tem sido voltado preferencialmente à

compra de participações em operações já existentes (*M&A, Mergers & Acquisitions*), ao invés de se lançar em novos projetos (*greenfield investments*), e a maioria dos investimentos⁸ é realizada por empresas estatais (*SOE, State Owned Enterprises*) (OECD 2008).

Tabela 1. Fluxos de Investimentos Externos Chinês no Mundo (2003-2006) US\$ Bilhões

IDE da China no Mundo	2003	2004	2005	2006
Asia	1,505	3,014	4,484	7,663
Africa	0,075	0,317	0,392	0,520
Europa	0,145	0,157	0,395	0,598
América Latina	1,038	1,763	6,466	8,469
EUA	0,058	0,126	0,321	0,258
Oceania	0,034	0,120	0,203	0,126
IDE total da China no mundo	2,855	5,498	12,261	21,160
IDE total no mundo	565,160	734,892	973,329	1461,074
Participação do IDE Chinês no mundo (%)	0,51%	0,75%	1,26%	1,45%

Fonte: MOFCOM e UNCTAD. Elaboração dos autores.

Como se pode ver na tabela 1, a China tem aumentado de forma consistente o volume de recursos alocados a investimentos no exterior, mas o montante permanece ainda muito tímido quando comparado aos investimentos de países da Europa e EUA. Estes resultados já eram esperados segundo o modelo IDP de Dunning e Narula (1996) que correlaciona o investimento no exterior ao nível de desenvolvimento econômico doméstico. O modelo de Caminho de Desenvolvimento do Investimento (ou *Investment Development Path, IDP*) associa sistematicamente o nível de IDE para outros países (*Outward Foreign Direct Investment, OFDI*) ao nível de desenvolvimento econômico do país de origem dos recursos. O modelo prevê que exista uma relação em formato U entre o desenvolvimento econômico e o investimento líquido destinado ao exterior (*Net Outward Investment, NOI*) que é a diferença entre os recursos de IED que entram e os que saem para investimento em outros países.

Recentemente uma série de reformas institucionais impulsionou os investimentos da China no exterior. Entre as novas leis contam-se a aprovação de legislação de compras e aquisições em países vizinhos (*cross-border*), a definição de uma taxa única de imposto de renda corporativo para empresas domésticas e estrangeiras, a equiparação legal da proteção de bens públicos à propriedade privada e a

⁸ Em 2003 57.7% do investimento da China no exterior eram feitos na forma de M&A enquanto que em 2006 esta taxa subiu para 84.5% (OECD 2008b)

revisão das normativas para investimentos diretos no exterior (*Investment Policy Reviews: China 2008*).

Apesar de seu crescimento interno acelerado e sua grande presença comercial no mundo, a China ainda apresenta indicadores compatíveis com uma economia com grande oportunidade de crescimento interno: além da baixa renda anual per capita, de cerca de US\$ 2.600 por ano, em 2007, a maioria da população, cerca de 700 milhões de pessoas, ainda vive em zonas rurais.

Uma vez que ainda há tanto potencial de investimentos em território chinês, o que poderia explicar este movimento de expansão dos investimentos da China para o exterior? Destacamos seis possíveis explicações.

A primeira explicação é a tentativa de garantir acesso a fontes de recursos naturais para manter seu vigoroso processo de expansão econômica de 8 a 10% do PIB ao ano. O segundo principal destino dos fluxos recentes de investimentos da China tem sido a África (tabela 1), onde ela negocia a acesso aos recursos minerais oferecendo como contrapartidas a maior abertura comercial e investimentos em infraestrutura. Lee e Shalmon (2008) resumem a essência do processo e sua implicação geopolítica: *"In the eighteenth century, Africa was part of the huge European colonial empire in which countries were divided up and exploited for their potential mineral wealth. (...) African governments now look at foreign investments as a net benefit to their economies. The image of the exploitive foreign power ravaging their resources has been tempered. (...) China has been instrumental in funding infrastructural development, including 6,000 kilometers of road, 3,000 kilometers of railroad, and 8 electric power plants. The Chinese are welcome not only because they provide up-front capital for needed projects, but they also serve as a balance to European and United States interests. Host countries are no longer exclusively reliant on Western interests and are in a stronger position from which to negotiate the conditions for new investments."*

No quadro de busca de recursos naturais, a relação da China com a América Latina, a região que atualmente mais recebe fluxos de investimento da China (Tabela 1), é crítica posto que nesta região são encontradas grandes reservas de energia (Venezuela, Brasil) e minérios (Cuba, Chile, Peru, Brasil) de que carece a indústria chinesa, como veremos em detalhes mais adiante. Victor e Yueh (2010) reconhecem a importância dos investimentos chineses no desenvolvimento de novos fornecedores de energia, mas ressaltam a necessidade do país alinhar sua política de investimentos aos padrões

internacionais de transparência e boa governança. Os autores sugerem a criação de um comitê internacional para assuntos energéticos, o *Energy Stability Board*, nos moldes do *Financial Stability Forum* criado após a crise asiática de 1997 para melhorar a governança no mercado financeiro internacional: *"Strictly one-on-one dealings cannot solve the world's most pressing energy problems; the United States and China cannot set the agenda entirely on their own. Working in tandem through the Energy Stability Board, however, would give their bilateral efforts more credibility with other important actors and with international institutions. The United States and China know that such cooperation would serve their interests. Beijing's current strategy of locking up energy supplies is not sustainable without strong norms to make these investments seem less toxic politically to other important countries, especially the key Western ones."*

Uma segunda razão para se expandir internacionalmente é a busca de competitividade. Desde que se juntou à OMC, em 2001, a China teve de abrir gradualmente seu mercado doméstico à concorrência de empresas estrangeiras, o que induziu as firmas chinesas a se expandirem aos mercados externos como forma de compensar pelas perdas no mercado doméstico. Na China, os processos de desenvolvimento econômico e de internacionalização da economia estão intrinsecamente ligados: para uma empresa chinesa não basta estar apta a concorrer domesticamente, ela precisa preparar-se para oferecer a qualidade e a tecnologia demandadas no mercado global. Para isso, as empresas chinesas precisam adquirir habilidades gerenciais específicas, como aprender a negociar e planejar a produção num contexto multinacional que envolve a complexidade das normas e legislações (em particular, trabalhista e ambiental) dos diversos países onde atua. Analistas sustentam que o esforço de internacionalização exigido destas empresas pode ser ainda maior, pois não bastará melhorar a qualidade mantendo os preços competitivos, será preciso investir no desenvolvimento de marca (*branding*) que dê ao produto Chinês uma imagem mais positiva. Atualmente, a percepção dos consumidores de países desenvolvidos é de os produtos chineses, apesar de baratos, carecem de qualidade e segurança (*China Goes Global* 2009).

Sobre a entrada da China no OMC, Ikenberry (2008) ressalta a importância de promover as instituições multilaterais existentes para evitar polarizações como no passado: *"The strategy here is not simply to ensure that the Western order is open and rule-based. It is also to make sure that the order does not fragment into an array of bilateral and "minilateral" arrangements, causing the United States to find itself tied to only a few key states in various regions. Under such a scenario, China would have an opportunity to build its own set of bilateral and "minilateral" pacts. As a result, the world would be*

broken into competing U.S. and Chinese spheres. The more security and economic relations are multilateral and all-encompassing, the more the global system retains its coherence."

A terceira motivação para a China realizar investimentos, desta vez em países industrializados, é para obter tecnologia a ser transferida para sua indústria, como em Benderson (2008) que analisa a estratégia chinesa de inovação via aquisições no exterior de empresas de base tecnológica. Há vários exemplos desta estratégia tais como a aquisição pela Lenovo da área de PCs da IBM americana, a compra da área de Pesquisa e Desenvolvimento da Philips dos EUA pelo grupo Huawei, a incorporação da divisão de dispositivos móveis da holandesa Philips Electronics pela China Electronic Corporation e a fusão da francesa Thomson com a TCL.

A estratégia de aquisições de empresas de tecnologia ou que atuam em mercados estratégicos tem limites, pois hoje é recebida com ressalvas pelo mundo afora. Dois exemplos ilustram esta situação: o primeiro foi a tentativa de compra, em 2009, da Opel (subsidiária da General Motors na Alemanha) pela Beijing Automotive Industry Holding Company (BAIC). A oferta foi descartada pelo receio do fechamento das fábricas na Alemanha e transferência dos postos de trabalho para a China⁹. Outra aquisição que não foi adiante foi a oferta de compra da empresa de energia Unocal, em 2005, pela China National Offshore Oil Corp (CNOOC), vetada diretamente pelo Governo Norte-Americano, em Washington. Esta resistência às investidas asiáticas perpassa outras áreas da sociedade como a seara cultural¹⁰.

Uma quarta explicação possível para a China investir no exterior é que ela esteja colocando em prática uma estratégia de saída da posição de maior credor dos EUA. Atualmente¹¹, a China conta com mais de US\$ 2,3 trilhões de reservas investidas em títulos públicos americanos, cuja baixa remuneração está atrelada à necessidade de uma política monetária expansionista para estimular a retomada econômica dos EUA. Exatamente pela remuneração ser muito baixa, teme-se uma fuga dos investidores em busca

9 A GM foi muito criticada por não ter adaptado seus veículos aos novos tempos de gasolina cara tendo de recorrer a ajuda do governo americano para não ir à falência. Talvez por isso tenha sido tão fácil para ela se desfazer de um ícone americano, a marca Hummer, vendendo-a para a chinesa Sichuan Tengzhong Heavy Industries Machinery.

10 O processo de aquisição da tecnologia pode ser traumático para as economias que se desindustrializam como mostra o filme "La Stella Che Non c'È" (filme de 2006 do diretor italiano Gianni Amelio cujo título no Brasil é "A Estrela Imaginária") em que uma empresa chinesa compra um alto-forno na Itália e o envia para ser remontado na China. Outro filme europeu que trata da migração dos postos de trabalho para a Ásia, "Los Lunes Al Sol" (filme de 2002 do diretor espanhol Fernando León de Aranoa cujo título no Brasil é "Segundas-feiras ao Sol"), também aponta para a crescente preocupação com as consequências sociais na Europa das investidas asiáticas no comércio internacional.

11 Dados para dezembro de 2009, FMI, IFS on line, acesso em 16/11/2009.

de melhores retornos, o que poderia levar o governo americano a optar pela via inflacionária para reduzir o seu endividamento denominado em dólar com sérios impactos no estoque de riqueza chinesa (The Economist, 2009b).

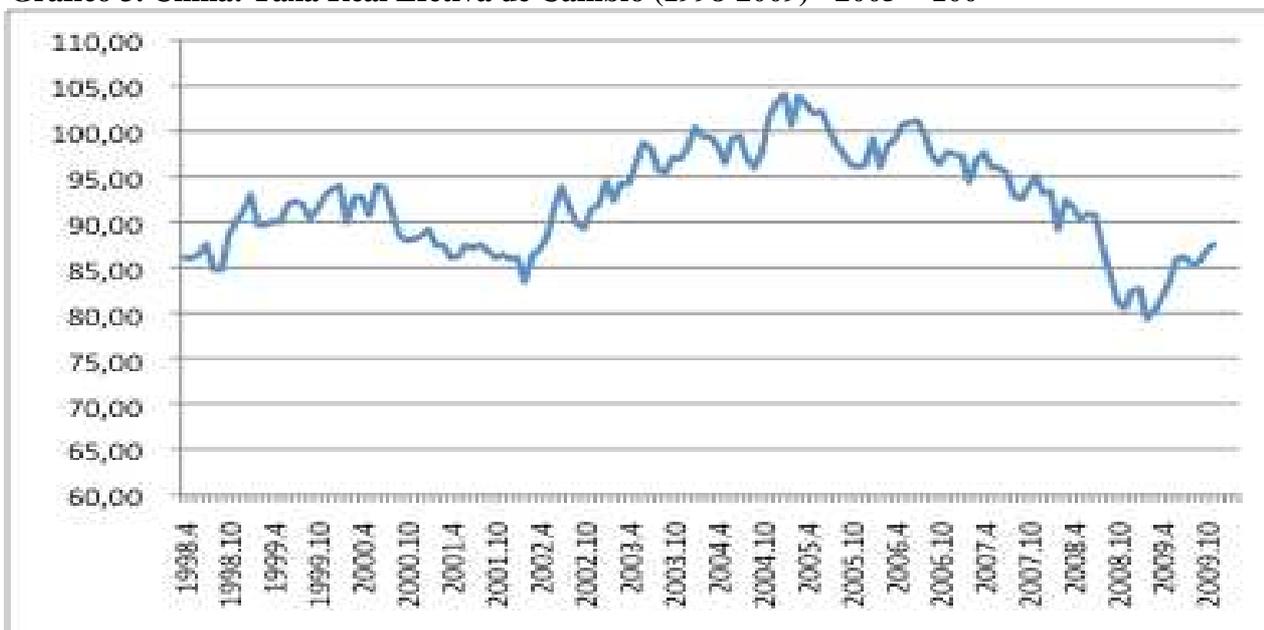
Apesar do alto nível de reservas e do superávit comercial, a China adota uma política cambial de paridade ao dólar americano e assim, com o declínio do valor deste, a moeda chinesa encontra-se artificialmente desvalorizada. A China tem recebido muitas críticas por esta atitude, pois este cenário estimula as exportações da indústria doméstica chinesa em detrimento da retomada de outras economias pelo canal das exportações. Alguns analistas observam que se a China tem pretensões hegemônicas, consta que deve ser a maior economia do mundo até 2050, ela deveria se preparar para o ônus econômico de suas pretensões políticas. Nesta linha de raciocínio, outros analistas criticam a China por fazer pesados investimentos em países africanos que não respeitam os direitos humanos (The Economist, 2009a).

Destaca-se, contudo, que desde junho de 2005, as autoridades chinesas anunciaram mudanças na sua política cambial. Em 29 de julho de 2005, o Yuan Chinês foi valorizado em 2,1%, quando a China adotou um regime do tipo “*managed float*” com bandas muito estreitas, muito mais um regime “*de facto*” atrelado ao U.S. Dolar. Vale lembrar que, desde final dos 1970s o sistema cambial mudou de um mecanismo administrativo centralmente planejado, quando a taxa oficial era vinculada a uma cesta de moedas, para um sistema dual, com uma taxa oficial para transações não comerciais e outra para transações correntes. Com os *Swap Centers* e as Zonas Econômicas Especiais foram permitidas operações externas à taxa flutuante, um mundo de economia de mercado fora da economia centralmente planejada: enquanto a taxa oficial estava em RMB5,7 por dólar, nos *swaps centers* estava em RMB8,7 por dólar. Em 1994, a China adotou um novo regime “*managed-float*” com bandas estreitas (+/- 0,25%); sob esse novo regime o RMB se apreciou em torno de 5% de 1994 a início de 1995. Ou seja, desde que as desvalorizações cambiais foram implementadas, a China tem demonstrado claramente atitudes de economia de mercado ao permitir que a taxa de câmbio tenha correções mínimas.

O gráfico 3 ilustra o comportamento recente da taxa real efetiva de câmbio chinesa. Após um forte movimento de desvalorização, desde 2005 o Yuan se apreciou mais de 20% diante de uma cesta de moedas. Esse processo foi interrompido com a Crise Financeira de 2008, quando a moeda Chinesa se desvaloriza novamente, voltando ao nível de final dos anos 1990 e começo dos anos 2000. De um lado,

a desvalorização cambial após a Crise de 2008 é bastante próxima à própria desvalorização do Dólar Americano no mesmo período, o que pode ser um indício de que o Yuan continua ancorado ao Dólar (*pegged to Dollar*), mas flutuante administrado em relação a uma cesta de moedas (*managed float*). Afora questões ligadas a economia doméstica Norte Americana, com baixo nível de poupança pública e privada, talvez o fato de manter essa política de *pegged to Dollar* permitiu a China continuar aumentando seus saldos comerciais junto aos Estados Unidos, independente de movimentos de desvalorizações ou revalorizações cambiais, em todo esse período de 1998 a 2009¹².

Gráfico 3. China: Taxa Real Efetiva de Câmbio (1998-2009) - 2005 = 100



Fonte: BIS. www.bis.org. Acesso 23/12/2009. Elaboraões dos autores.

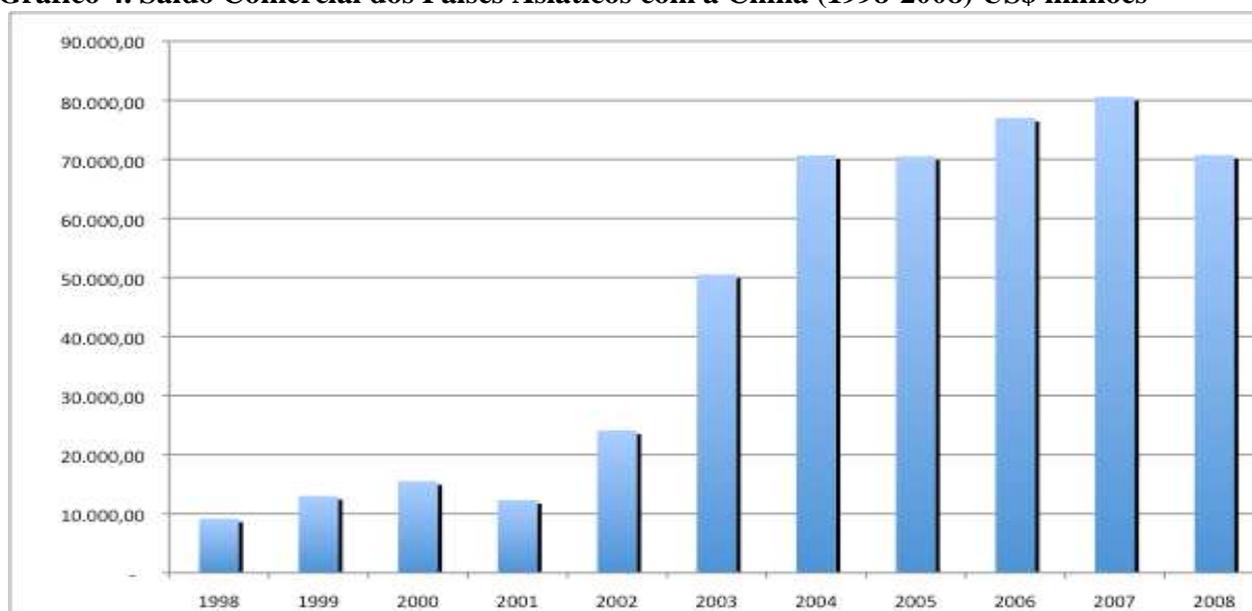
Em síntese, mesmo com as alterações em sua política cambial, a economia chinesa ainda é bastante atrativa para o aporte de investimentos diretos estrangeiros voltados para as exportações e isso deve implicar em continuidade no padrão de influxos de capitais e de geração de saldos comerciais com o resto do mundo, independente de eventuais elevações na renda per capita e o conseqüente aumento dos salários reais, ou de expansão do mercado consumidor doméstico. Uma das poucas regiões do mundo com quem a China apresenta déficits comerciais crescentes é ironicamente com os demais “asiáticos dinâmicos”, a saber, Japão, Coréia, Malásia, Singapura, Tailândia e Vietnã. Desta perspectiva, o gráfico 4 mostra o saldo comercial destas economias dinâmicas Asiáticas com a China. Note que nos

¹² Certamente que os saldos comerciais da China perante os Estados Unidos são resultados não somente da desvalorização do Yuan, como também do baixo nível de poupança de famílias e governo Norte-Americanos. A revalorização recente do Yuan tem sido mais do que suficiente para que as diversas outras economias Asiáticas dinâmicas (Japão, Indonésia, Malásia, Coréia do Sul, Singapura, e Taiwan) tenham obtido crescentes saldos comerciais com a China.

últimos dez anos tais saldos têm se ampliado fortemente, talvez porque a valorização cambial promovida pela China, a partir de julho de 2005, tenha ocorrido, sobretudo, diante das moedas de seus parceiros regionais, mantendo-se o vínculo (*peg*) ao dólar. Se assim for, reforçar-se a idéia de que as autoridades chinesas seguem estimulando os investimentos estrangeiros originados no ocidente¹³.

Finalmente, uma última possibilidade associa a expansão de ativos ao desejo de aumentar a influência política (*soft power*) da China no mundo (Accenture, 2007). Há correntes internas na China que querem mudar a política externa do “*Taoguang Yanghui*” (“construa seu potencial calmamente”), que hoje prioriza as questões internas, em direção a um maior ativismo internacional (Binsen, 2003).

Gráfico 4. Saldo Comercial dos Países Asiáticos com a China (1998-2008) US\$ milhões



Fonte: FMI. *Direction of Trade Statistics on line*. Acesso em 22/12/2009. Países selecionados são: Japão, Coréia, Malásia, Singapura, Tailândia e Vietnã. Elaboração dos autores.

III. Investimentos Chineses na América Latina

Os investimentos externos com destino à América Latina vêm crescendo expressivamente nos anos 2000. Contudo, como pode ser observado com os dados da tabela 2, a participação da Ásia, incluindo a

¹³ A literatura econômica também associa a expansão de ativos ao desejo de aumentar a influência política (*soft power*) da China no mundo (Accenture, 2007). Há correntes internas na China que querem mudar a política externa do “*Taoguang Yanghui*” (“construa seu potencial calmamente”), que hoje prioriza as questões internas, em direção a um maior ativismo internacional (Binsen, 2003).

China, ainda é muito pequena. Os Estados Unidos e a União Européia ainda representam a parcela mais relevante dos influxos de IDE na região.

Tabela 2. Fluxos de Investimentos Externos na América Latina (2003-2006)
Região de Origem - US\$ Bilhões

EUA	37%
União Européia	39%
Outros países	11%
América Latina	10%
Ásia	3%

Fonte: Suominen, 2008

Apesar disso, a China tem fortes laços econômicos com a América Latina. As diversas formas de relacionamento serão analisadas na seqüência. A primeira é como compradora de matérias primas e energia. Como se pode verificar na tabela 3, os setores com maior número de operações são os de mineração e petróleo e gás. É claramente uma estratégia de busca por fornecimento de insumos básicos e de energia para seu crescimento acelerado, de modo bastante complementar com o que acontece com os fluxos de comércio com esta região, ou seja, todo sustentado em compras de produtos primários e baseado em recursos naturais.

Tabela 3. Investimentos da China na América Latina por setor de atividade 2004-2009
US\$ milhões

Automóveis/caminhões	4
Computadores e Eletrônicos	n/a
Produtos de Consumo	15
Alimentação e Bebidas	156
Máquinas	n/a
Metalurgia e Siderurgia	61
Mineração	3707
Petróleo e Gás	2855
Telecomunicações	3
Têxtil	57
Total	6858

Fonte: Moreira, 2009b

Para garantir o acesso a estes recursos naturais, a China tem buscado adquirir participação acionária em empresas mineradoras de ferro no Peru, de níquel em Cuba e de cobre no Chile. No caso do minério de

ferro, a China é abastecida pela Austrália (Rio Tinto e BHP), Índia e Brasil (Vale). Mas a aquisição de empresas não é sempre uma solução viável: uma tentativa do grupo Aluminum Corporation of China (Chinalco) de adquirir participação adicional de 15% na mineradora Rio Tinto, na qual já possuía 9%, foi impedida pelo governo Australiano que entendeu ser do interesse nacional manter o controle sobre a empresa (Landim, 2009b). No caso do Petróleo, a China encontrou uma forma de garantir o fornecimento ao fechar, em maio de 2009, um contrato de fornecimento de 10 anos com a Petrobrás num molde similar ao que já possui com a Rússia: o Banco de Desenvolvimento da China concedeu um empréstimo para a empresa petrolífera a juros baixos para ser quitado com os recursos da venda do petróleo a uma empresa petrolífera chinesa, cotado pelo valor da data da entrega.

A segunda relação é como fornecedora de bens industrializados em território chinês. Esta relação comercial tradicional é também a base para a concorrência que os produtos chineses fazem para produtos originários da América Latina no mercado mundial. Reporta-se, por exemplo, que no mercado de aço, as exportações chinesas para a América Latina cresceram 90% enquanto que as exportações brasileiras para esta região caíram 38,5% (Landim 2009a). Além disso, há disputas quanto ao destino dos recursos mundiais alocados para IED: Garcia-Herreó e Santabárbara (2005) identificaram desvios para a China de investimentos que iriam para o México e Colômbia.

Outra forma de relação econômica é como parceira em *joint-ventures* para produção com empresas locais da região. Este é o caso da Chery Mercosul que opera uma fábrica de carros desde 2007 no Uruguai, numa *joint-venture* com o grupo argentino Macri¹⁴, para exportar veículos para Argentina e Brasil; e de caminhões que deve se instalar no México em 2010. Esta forma de interação econômica é recente uma vez que tradicionalmente a China prefere produzir em seu território. Além de preservar e criar novos empregos para chineses, os fabricantes chineses normalmente se deparam com custos mais elevados para produzir no exterior.

No Brasil, por exemplo, a legislação trabalhista impõe custos trabalhistas não-salariais que podem ultrapassar a 100% sobre a folha de pagamento, enquanto que na China este valor não ultrapassa 15%. Assim, além do baixo custo e da abundância da mão-de-obra qualificada, a China conta ainda com uma baixa taxa sobre o trabalho assalariado. O que parece, a priori, uma vantagem comparativa pode ter implicações adversas sobre o desenvolvimento de um mercado interno robusto. O baixo custo com

¹⁴ Rozen 2008

encargos trabalhistas na China se explica pela inexistência de uma rede de proteção social do Estado. A esse ambiente de grande incerteza se credita a formação de um alto nível de poupança espontânea que impede o aumento da absorção interna da produção doméstica e torna o país mais vulnerável a oscilações de demanda dos seus principais parceiros comerciais, como os EUA e a Europa.

A última forma de relação econômica, mais recente, é como credora de empréstimos. Alguns destes créditos são garantidos por contratos de exportação de matérias primas para China como comentado acima. Outros são oferecidos na forma de financiamento para aquisição de produtos chineses (*vendor financing*), como é o caso da ZTE que fabrica equipamentos eletrônicos para operadoras de telefonia e conta com US\$ 15 bilhões do Banco de Desenvolvimento da China para financiar seus clientes. Em 2009, a China passou a fazer parte do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) com um aporte de US\$ 350 milhões (correspondente a uma participação acionária de 1,004%). Com isso, a China deve ajudar a financiar obras de infra-estrutura nos países da América Latina e Caribe, o que deve reduzir o custo de se fazer negócios na região.

Ainda que o valor financeiro associado ao investimento externo da China possa ser ainda considerado pequeno, há uma clara tendência de crescimento destes investimentos com a conseqüente formação de estoques de ativos chineses pelo mundo. Como se verifica nas tabelas 4 (para dados de fluxos de IED) e 5 (para dados de estoque de IED), em 2006, os maiores fluxos de investimentos chineses na região são para Cuba, Venezuela, Bolívia, Brasil e Chile. Em termos de estoque, em 2006, figuram como maiores receptores Brasil, Peru e México, seguidos por Cuba, Equador, Panamá e Suriname.

Entre as dificuldades de se estudar o investimento Chinês no mundo está a falta de dados atualizados e a pouca confiança nas estatísticas oficiais. Um exemplo se encontra nos dados das tabelas 4 e 5 em que há uma quantidade desproporcional de investimentos em paraísos fiscais, como as Ilhas Cayman e Ilhas Virgens Britânicas. Além disso, há que se perguntar por que a maior parte do investimento externo realizado na China tem origem em Hong Kong e Taiwan. Naughton (2007) sugere que este fluxo de capitais entre países vizinhos¹⁵ (*round-tripping*) ocorreria por que as firmas chinesas buscariam benefícios fiscais concedidos aos capitais estrangeiros, além da autonomia e do anonimato proporcionados pela operação dos recursos a partir de suas subsidiárias nestes países.

¹⁵ Os 10 países asiáticos (Hong Kong, Indonésia, Japão, Macau, Malásia, Filipinas, Singapura, Coreia, Tailândia e Taiwan) aportaram juntos 55% de todo investimento não financeiro estrangeiro feito na China que foi de US\$ 66 bilhões em 2006 e US\$ 75 bilhões em 2007. (OECD 2008a)

Tabela 4. Fluxos de IED da China na América Latina -2003-2006 (US\$ milhões)

	2003	2004	2005	2006
Argentina	1	1,12	0,35	6,22
Bahamas	-1,03	43,56	22,95	2,72
Barbados	--	--	--	1,85
Bolivia	--	--	0,08	18
Brazil	6,67	6,43	15,09	10,09
Cayman Is. [1]	806,61	1286,13	5162,75	7832,72
Chile	0,2	0,55	1,8	6,58
Colombia	--	4,53	0,96	-3,36
Cuba	1,43	--	1,58	30,37
Ecuador	0,27	0,3	9,07	2,46
Honduras	0,13	1,38	--	--
Mexico	0,03	27,1	3,55	-3,69
Panama	0,01	0,1	8,36	--
Peru	0,12	0,22	0,55	5,4
Br. Virgin Is. [2]	209,68	385,52	1226,08	538,11
Venezuela	6,22	4,66	7,4	18,36
Uruguay	0,55	--	--	--
S. Vincent and Grenadines	5,6	--	2,82	2,91
Suriname	0,65	1,13	2,77	--
TOTAL	1038,14	1762,73	6466,16	8468,74
Total sem [1] e [2]	21,85	91,08	77,33	97,91

Fonte: MOFCOM Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment (2006).

Tabela 5. Estoques de IED da China na América Latina 2003-2006 (US\$ milhões)

	2003	2004	2005	2006
Antigua & Barbuda	0,2	0,2	0,4	1,25
Argentina	1,05	19,27	4,22	11,34
Bahamas	44,45	80,1	14,69	17,52
Barbados	--	1,87	1,65	2,01
Belize	--	--	--	0,02
Bolivia	--	--	0,08	21,06
Br. Virgin Is. [1]	532,64	1089,38	1983,58	4750,4
Brazil	52,19	79,22	81,39	130,41
Cayman Is. [2]	3690,68	6659,91	8935,59	14209,19
Chile	0,75	1,48	3,71	10,84
Colombia	0,79	6,72	7,36	5,7
Cuba	13,95	14,85	33,59	59,91
Dominica	--	--	--	0,7
Ecuador	0,55	2,19	18,12	39,04
Grenada	--	--	--	4,03
Guyana	14,04	12,86	5,6	8,6
Honduras	8,93	5,61	5,28	5,28
Jamaica	--	--	--	0,02
Mexico	97,18	125,29	141,86	128,61
Panama	0,16	0,41	34,77	36,92
Peru	126,18	125,82	129,22	130,4
S. Vincent and Grenadines	5,6	5,6	12,27	14,92
Suriname	10,06	10,25	13,02	32,21
Trinidad & Tobago	--	--	--	0,8
Uruguay	0,53	0,55	0,56	1,63
Venezuela	19,39	26,78	42,65	71,58
TOTAL	4619,32	8268,36	11469,61	19694,39
Total sem [1] e [2]	396	519,07	550,44	734,8

Fonte: MOFCOM Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment (2006).

Os principais destinos de investimento na América Latina

Uma pesquisa ampla¹⁶ com mais de mil entrevistados, mostra que os Chineses estão se voltando cada vez mais para a realização de investimentos diretos no exterior. Esta pesquisa procurou observar as intenções de investimentos externos de companhias chinesas. De acordo com essa pesquisa, apenas 27% das empresas realizam investimentos externos, especialmente por conta do programa chamado

¹⁶ Pesquisa realizada pela Asia Pacific Foundation of Canada, que pode ser obtida na web http://www.asiapacific.ca/files/Surveys/China_Goes_Global3_final.pdf

“*Go Global*”. Mas, não mais de 6% destas companhias realizaram investimentos superiores a US\$ 100 milhões. A grande maioria destes investimentos ainda se direciona para a própria Ásia, particularmente Hong Kong, e somente em segundo plano, para os Estados Unidos e África. Sobre a forma como devem crescentemente operar para fora, as companhias chinesas majoritariamente devem instalar suas próprias plantas industriais ou realizar *joint ventures*, mas pouco provavelmente atuariam pela via de fusões e aquisições. Apenas 40% das companhias chinesas pretendem expandir negócios para fora de sua fronteira, o que indica que as saídas de investidores devem ainda permanecer tímidas no futuro próximo. Contudo, os acordos de investimento já realizados mostram que os investidores chineses terão forte foco em economias em desenvolvimento e em setores ligados a energia. Essa é a conclusão que se pode tirar do estudo realizado pela Accenture (2005).

A tabela 6 resume os principais investimentos realizados na América Latina por companhias chinesas. A seguir vamos detalhar o histórico de relacionamento com os principais países receptores destes investimentos.

O maior aporte de recursos da China a um país da América Latina ocorreu em maio de 2009 quando o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) emprestou US\$ 10 bilhões para a Petrobrás. O acordo estabelece que a companhia exporte 150 mil barris de petróleo por dia à Unipet Asia, subsidiária da Sinopec, a companhia estatal de petróleo da China, a partir de 2009, e 200 mil barris por dia entre 2010 e 2019. O preço do petróleo exportado à China será decidido com base no valor de mercado. Além disso, outro projeto de grande magnitude é o da Wuhan Iron & Steel Company que participará com US\$ 3,5 bilhões do projeto da siderúrgica Porto de Açu (Rio de Janeiro, Brasil) para ter 70% da operação que será realizada em conjunto com a MMX (Moreira, 2009a). Outra companhia chinesa de tecnologia, a ZTE, tem apoio de US\$ 2 bilhões do Banco de Desenvolvimento da China para financiar as compras de operadoras brasileiras de telefonia fixa e celular (Magalhães, 2009).

Em 2008, a companhia estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA) acertou uma *joint venture* com a China National Petroleum Corp (CNPC) para desenvolver o bloco 4 do campo de Junin no rio Orinoco. Neste projeto, a empresa chinesa terá 40% de participação. Já a PetroChina firmou com a PDVSA uma *joint venture* para construir e operar uma refinaria com capacidade para 400 mil barris/dia retirados do poço de Junin 4. A PetroChina tem 60% do projeto. Estes projetos vão ao encontro com o objetivo do presidente Hugo Chavez de exportar 1 milhão de barris/dia para a China até 2013 e assim diversificar o seu mercado comprador de petróleo que hoje é encabeçado pelos EUA.

Em 2006, a Minmetals pagou US\$ 550 bilhões adiantados para a Corporación Nacional del Cobre (Codelco) do Chile para garantir o fornecimento de 830 toneladas do minério. Pelos termos do contrato, a Codelco deve entregar 56,75 toneladas/ano de cobre por 15 anos. O valor do contrato é de até US\$ 2 bilhões.

Tabela 6. Principais Investimentos da China na América Latina 2004-2010

Ano-Mês	País	Investidor	Parceiro	Valor*	Setor
2004-00	Peru	CNPC	Pluspetrol	ND	Petróleo
2005-03	N.Guiné	MCC	Ramu Nickel Limited	\$560	Níquel/Cobalto
2005-06	Chile	Minmetals	Codelco	\$550	Cobre
2005-09	Equador	CNPC e Sinopec	EnCana	\$1,400	Petróleo
2005-10	Cuba	MinMetals	Cuba	\$500	Níquel
2006-04	Brasil	Sinopec	Petrobrás	\$240	Petróleo
2007-02	Uruguai	Geely Holding	Macri (Arg.)	ND	Automobilística
2007-12	Peru	Minmetals e Jiangxi Copper	Northern Peru Copper	\$450	Cobre
2008-05	Venezuela	CNPC	PDVSA	\$800	Petróleo
2008-06	Peru	Chinalco	Peru	\$3,000	Cobre
2009-02	Peru	Shougang Group	Hierro Peru	\$1,000	Aço
2009-05	Brasil	Unipeç Asia (Sinopec)	Petrobrás	\$10,000	Petróleo
2009-05	Brasil	Wuhan Iron & Steel Company	MMX	\$3,500	Siderurgia
2009-05	Brasil	CDB	Itaú BBA	\$100	Financeiro
2009-05	Brasil	CDB	BNDES	\$800	Financeiro
2010-00	Mexico	Geely Holding	-	\$500	Automobilística

Fonte: Scissors 2009 e Autores

Notas: * Valores em US\$ milhões. CNPC = China National Petroleum Corporation; Sinopec = China Petroleum & Chemical Corporation; Chinalco ou Chalco = Aluminum Corporation of China; MCC = China Metallurgical Construction; e CDB = China Development Bank Corporation. ND = Valores não disponíveis.

Cuba tem a segunda maior reserva de níquel do mundo, com 14,6 milhões de toneladas de minério, que é o seu principal produto de exportação desde 2000. Em 2005, a Minmetals formou uma *joint venture* com o governo cubano, que tem 51% do projeto, para a construção de uma usina de processamento de níquel e produção de 68 mil toneladas de uma liga ferro-níquel usada na produção de aço inoxidável.

Em 2005, as duas maiores companhias petrolíferas chinesas, China National Petroleum Corp (CNPC) e a China Petrochemical Corp (Sinopec), formaram uma *joint venture* (Andes Petroleum Company) para comprar todos os ativos da empresa canadense EnCana Corp, em território equatoriano, por US\$ 1,42 bilhão. Entre os ativos adquiridos está uma participação de 36% na OCP Pipeline que controla oleodutos com capacidade para 450 mil barris/dia. A aquisição envolveu também o direito de explorar

5 blocos que produzem 75 mil barris/dia e com reservas de 143 milhões de barris. A operação em regime de *joint venture* indica uma maior atenção aos riscos envolvidos e é vista pela indústria como uma indicação de que os chineses aprenderam com a malograda tentativa de comprar a americana Unocal.

No Peru, a China participa de dois projetos de mineração. A Chinalco investirá US\$ 2,2 bilhões para construir a mina de cobre de Toromocho, devendo iniciar operações em 2012 para produzir uma média anual de 200 mil toneladas de cobre. Em dezembro de 1992, o Shougang Group Corp. adquiriu 98,4% de participação na Hierro Peru que controla minas com reservas estimadas em 1,7 bilhões de toneladas de minério de ferro. A produção anual de 7,2 milhões de toneladas (em 2006) é destinada aos mercados da China e dos EUA.

IV. Considerações Finais

Neste trabalho foi apresentando um amplo estudo sobre os fluxos de investimentos chineses para o resto do mundo, com especial foco para a sua presença na América do Sul. Dadas as características do crescimento baseado em exportações, a China logo se tornou um dos maiores players no comércio mundial. Com a consolidação de grandes empresas altamente competitivas e dadas as alterações diversas seja da própria economia, seja de sua política cambial, ou mesmo de eventual pretensão hegemônica, logo os capitais chineses começam a migrar pelo mundo em busca de fontes de energia, de alimentos, ou mesmo em cooperações e *joint ventures* em uma clara estratégia competitiva global. Definitivamente, a China é a maior receptora individual de investimentos diretos estrangeiros, entre economias em desenvolvimento, ou entre seus pares asiáticos; perde apenas para o mercado Norte-Americano. Contudo, ela não tem um histórico relevante como origem de investimentos. Quando se fala da economia chinesa os temas recorrentes são os grandes números e a rapidez nas mudanças na estrutura econômica: tanto quanto crescem e se expandem rapidamente na área comercial, os chineses vêm acelerando seus investimentos internacionais. O dado que melhor resume este movimento é o crescimento de IDE que nos anos 1990 era de pouco mais de US\$2,19 bilhões até os US\$ 52,15 bilhões, em 2008. Ou seja: partindo de menos de 4% dos IDE em economias em desenvolvimento para mais de 18% quase vinte anos depois.

Outro dado que chama atenção são os de fusões e aquisições (F&A). Em 2008, a China apresenta compras líquidas da ordem de US\$36 bilhões, valor esse mais de três vezes superior ao da Índia, idêntico ao de todas as economias do Leste Asiático e praticamente a metade do dos Estados Unidos. Talvez como consequência deste processo de fusões e aquisições, diversas empresas chinesas tem mostrado elevado índice de transnacionalidade (TNI)¹⁷. Este é o caso, por exemplo, da Lenovo Group (equipamentos eletrônicos) e da Sinotruck (veículos automotivos) com TNI de 47%, ou ainda da China Ocean Shipping Company (transportes e armazenagem), com TNI de 40%.

Mesmo assim, os chineses ainda apresentam resultados abaixo de seu potencial em termos de presença internacional como investidores diretos. No caso de sua presença nas economias da América do Sul, após ter se tornado o principal parceiro comercial, a China vem manifestando diversas ações, seja em IDE diretamente, seja por F&A, ou mesmo por cooperações internacionais, o que deve afetar também via IDE as relações de poder no interior da América do Sul. Em outro estudo associado a este, Cardoso e Holland (2009) mostraram como a China já alterou as relações econômicas na América do Sul através do comércio exterior. Para estes autores, entre as consequências mais diretas tem a consolidação da região como exportadora de produtos primários e baseados em recursos naturais e a perda de importância relativa na região de países como Estados Unidos e Brasil. Neste estudo, ainda que com dados incipientes, foi possível identificar uma tendência muito similar ao do comércio para os investimentos da China na região. Os fluxos de IDE chineses na América do Sul devem atuar, em síntese, em pelo menos três frentes: 1) como uma forma de garantir fontes de matérias primas, energia e alimentos para uma economia em forte expansão; 2) como consequência da própria consolidação da indústria chinesa altamente competitiva e voltada para as economias globais; 3) como forma de diversificação perante a sua forte vulnerabilidade ao Dólar Americano, dado que grande parte de seus ativos estão atrelados à moeda dos Estados Unidos, uma economia com diversas dificuldades macroeconômicas. Poder-se-ia ainda adicionar a simples pretensão hegemônica, mas não parece claro que as autoridades da China estão, neste momento, com tais preocupações externas, dado, sobretudo, os grandes desafios domésticos a serem superados.

17 O Índice de Transnacionalidade é calculado pela UNCTAD, conforme media das três seguintes razões: ativos estrangeiros no total de ativos, vendas estrangeiras no total das vendas e emprego estrangeiro no total do emprego. Ele pode ser obtido diretamente no site www.unctad.org/fdistatistics.

V. Referências

- Accenture. *China Spreads Its Wings—Chinese Companies Go Global*. 2005. Acesso web: <http://www.accenture.com/NR/rdonlyres/6A4C9C07-8C84-4287-9417-203DF3E6A3D1/0/Chinaspreadsitswings.pdf>
- Amorim, R. 2009. “Apresentação” no 6o. *Fórum Nacional de Economia*. Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP). <http://www.fgv.br/eesp>.
- Asia Pacific Foundation of Canada. *China Goes Global 2009: Survey of Outward Direct Investment Intentions of Chinese Companies*. September 2009.
- Benderson, M. 2008. “An Assessment of Chinese Outward Foreign Direct Investments as an Innovation Strategy”. <http://www.essays.se/essay/c19b92706b/> acessado em 14 outubro 2009
- Binsen, Z. 2003. China Should Abandon the Foreign Policy of “taoguang yanghui” (“Bide our Time, Build our Capacities”)
- Business Week. *Why China's Unocal Bid Ran out of Gas*. Revista Business Week. 04 de agosto de 2005.
- Cardoso, E. e Holland, M. 2009. *South America for the Chinese? a trade-based analysis*. Background paper prepared for the OECD project on “Shifting Wealth: Implications for Policy Managers and Governance”. OECD, Paris. (mimeo).
- Dunning, J. H. The eclectic (OLI) paradigm of international production: past, present and future. *International Journal of the Economics of Business*, v.8, n.2, p.173-190, 2001.
- Dunning, J. H. *Multinational enterprises and the global economy*. Reading, Mass.:Addison-Wesley, 1993. 687p.
- Dunning, J.H. e Narula, R. (1996): “The investment development path revisited: some emerging issues”, in J.H. Dunning e R. Narula (eds.) *Foreign direct investment and governments*, London: Routledge, pp. 1-41.
- FMI. Directon of Trade Statistics on line. www.imfstatistics.org/imf. Acesso em 16/11/2009.

FMI. International Financial Statistics on line. www.imfstatistics.org/imf. Acesso em 16/11/2009.

Fung, K.C. 2004. Trade and Investment: China, the United States, and the Asia-Pacific Economies. Before the U.S.-China Economic and Security Review Commission Hearing on China as an Emerging Regional and Technological Power: Implications for U.S. Economic and Security Interests. February 12-13, 2004.

Garcia-Herrero, A., Santabárbara, D. 2005. "Does China have an impact on Foreign Direct Investment to Latin America?". Banco de Espanha. Documento de Trabajo 0517. 2005

Hymer, S.H., *The International Operations of National Firms: A Study of Foreign Direct Investment*, Cambridge, Mass: MIT Press 1976.

Ikenberry, G.J. 2008. "The Rise of China and the Future of the West. Can the Liberal System Survive?" *Foreign Affairs*. January/February 2008.

Kindleberger, C.P. 1969. *American Business Abroad*, New Haven: Yale University Press.

Landim, R. 2009a. "Aço chinês toma lugar do brasileiro na AL". *Valor Econômico*. 17 de maio 2009.

Landim, R. 2009b. "Vale investe em centros logísticos na China para ampliar mercado". *Valor Econômico*. 22 de maio 2009.

Lee, H., Shalmon, D. "China into Africa. Trade, Aid, and Influence". Brookings Institution Press. World Peace Foundation. 2008.

Ministerio de Comercio Exterior y Turismo de Peru. *Peru – China Free Trade Agreement Joint Feasibility Study*. Ministerio de Comercio Exterior y Turismo de Peru. 2007.

Magalhães, H. "ZTE pode direcionar até US\$ 2 bi para contratos no Brasil". *Valor Econômico*. 16 de março 2009.

MOFCOM - *Ministry of Commerce of the People's Republic of China*.

<http://preview.hzs2.mofcom.gov.cn/accessory/200710/1192783779118.pdf> Acesso em 14 de outubro de 2009.

Moreira, A. 2009a. "Viagem confirma US\$ 15 bilhões para o Brasil". *Valor Econômico*. 20 de maio 2009.

Moreira, A. 2009b. "Lula faz esforço para elevar investimento da China no Brasil". *Valor Econômico*. 18 de maio 2009.

Naughton, B. 2007. *The Chinese Economy – Transitions and Growth*. MIT Press.

OECD. 2008a. "Recent Developments in China's Investment Policies". *OECD Investment Policy Reviews: China 2008* (Ch.1). 2008.

OECD. 2008b. "China's Outward Direct Investment". *OECD Investment Policy Reviews: China 2008* (Ch.3). 2008.

Rozen, M. 2008. "Chineses na operação Uruguai". Acessado em 26 de janeiro de 2010.

Suominen, K. 2008. "Connecting Continents: State of Economic Relations between Latin America and Caribbean and Asia-Pacific". IADB. Dezembro 2008.

Scissors, D. 2009. Chinese Foreign Investment: Insist on Transparency. Backgrounder No. 2237. Feb 3, 2009. The Heritage Foundation. <http://www.heritage.org/Research/AsiaandthePacific/bg2237.cfm> Acessado em 23 de outubro de 2009.

The Economist. 2009a. *Don't worry about killing people*. The Economist. p.58. 17 de Outubro de 2009.

The Economist. 2009b. *Round and round it goes. America buys Chinese exports, China buys American Treasuries. Can it continue?*. The Economist. Special report on China and America p.5. 24 de Outubro de 2009.

UNCTAD. *Foreign Direct Investment database*. UNCTAD, Geneva.
<http://stats.unctad.org/FDI/ReportFolders/reportFolders.aspx>. Acesso Novembro de 2009.

UNCTAD. *World Investment Report 2009*. www.unctad.org/wir. Acesso em 08 de janeiro de 2009.

Vernon, 1966. "International Investment and International Trade in the Product Cycle". *Quarterly Journal of Economics*, Volume 80 (2), maio de 1966, pp. 190-207.

Victor, D.G., Yueh, L. 2010. "The New Energy Order. Managing Insecurities in the Twenty-first Century." *Foreign Affairs*. January/February 2010.

Anexo: China: Estatísticas de Investimentos Diretos Estrangeiros (1990-2008)

Tabela A.1. Fluxos de Investimento Direto Estrangeiro – 1990-2008 US\$ milhões

	1990-2000	2005	2006	2007	2008
China					
Entrada	30.104	72.406	72.715	83.521	108.312
Saídas	2.195	12.261	21.160	22.469	52.150
Índia					
Entrada	1.705	7.606	20.336	25.127	41.554
Saída	110	2.978	14.344	17.281	17.685
Brasil					
Entrada	12.000	15.066	18.822	34.585	45.058
Saída	1.048	2.517	28.202	7.067	20.457
Rússia					
Entrada	1.941	12.886	29.701	55.073	70.320
Saída	1.294	12.767	23.151	45.916	52.390
Estados Unidos					
Entrada	109.513	104.773	237.136	271.176	316.112
Saída	92.010	15.369	224.220	378.362	311.796
Economias em Desenvolvimento					
Entrada	130.778	329.328	433.764	529.344	620.733
Saída	52.929	122.707	215.282	285.486	292.710
Mundo					
Entrada	490.196	973.329	1.461.074	1.978.838	1.697.353
Saída	490.009	878.988	1.396.916	2.146.522	1.857.734

Fonte: Unctad. *World Investment Report 2009*. www.unctad.org/wir. Country fact sheet: China, Brasil e Rússia.
Elaboração dos autores.

Tabela A.2. Estoque de Investimento Direto Estrangeiro - 1990-2008 US\$ milhões

	1990	1995	2000	2007	2008
China					
Entrada	20.691	101.098	193.348	327.087	378.083
Saídas	4.455	17.768	27.768	95.799	147.949
Índia					
Entrada	1.657	5.641	17.517	105.429	123.288
Saída	124	495	1.859	44.080	61.765
Brasil					
Entrada	37.143	47.887	122.250	309.668	287.697
Saída	41.044	44.474	51.946	136.103	162.218
Rússia					
Entrada	0	5.601	32.204	491.232	213.734
Saída	0	3.346	20.141	370.161	202.837
Estados Unidos					
Entrada	394.911	535.553	1.256.867	2.109.876	2.278.892
Saída	430.521	699.015	1.316.246	2.916.930	3.162.021
Economias em Desenvolvimento					
Entrada	975.193	2.722.292	3.363.925	4.393.354	4.275.982
Saída	402.559	1.283.694	1.731.557	2.360.772	2.356.649
Mundo					
Entrada	3.237.229	10.050.885	12.404.439	15.660.498	14.909.289
Saída	3.288.331	10.603.662	12.953.546	16.226.586	16.205.663

Fonte: Unctad. *World Investment Report 2009*. www.unctad.org/wir. Country fact sheet: China, Brasil e Rússia.
Elaboração dos autores.